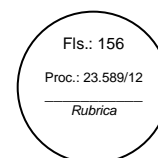




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



**Processo:** nº 23.589/2012 (d).  
**Apenso:** nº 010.001.619/2006 (1 volumes).  
**Jurisdicionado:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.  
**Assunto:** Tomada de Contas Especial.  
**Ementa:** Tomada de Contas Especial instaurada em atendimento à Decisão nº 3.186/2001, objetivando a apuração de irregularidades na concessão, percepção e pagamento de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade de militar do CBMDF.

. Decisão nº 4001/2012. Conhecimento da TCE. Citação dos responsáveis para apresentação de defesa ou recolhimento do valor do débito, ante a possibilidade de julgamento pela irregularidade das contas. Audiência dos mesmos responsáveis em razão da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nos arts. 56, 57 e 60 da Lei Complementar nº 01/1994. Determinação de diligência ao CBMDF. Fornecimento de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (fl. 49/50).

. Oferecimento dos argumentos de defesa (fls. 58/64, 83-98 e 104-122). Descumprimento da diligência pelo CBMDF.

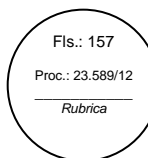
. A Secretaria de Contas sugere ao egrégio Plenário que: 1) tome conhecimento das defesas; 2) considere: a) procedente os argumentos do militar JOSÉ RAJÃO FILHO, e b) improcedentes os dos militares EDMILSON ARAUJO TORRES e MARCO ANTONIO CHAGAS; 3) julgue as contas irregulares; 4) notifique os responsáveis indicados no item 2.b para recolher o valor do débito apurado; 5) aplique ao militar beneficiado a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; 6) autorize, desde logo, a cobrança judicial da dívida; 7) reitere os termos da diligência determinada pelo item V. a da Decisão nº 4001/2012 (fls. 125/146).

. Ministério Público de Contas pugna pelo acolhimento das sugestões da Unidade Técnica (fls. 147/154).

. VOTO. Conhecimento das defesas. Argumentos procedentes e improcedentes. Contas do militar beneficiado irregulares. Aplicação ao responsável da sanção de inabilitação. Notificação. Parcelamento da dívida. Cobrança judicial. Reiteração, em parte, da diligência. Acórdão. Devolução dos autos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial, constituída em autos apartados, para análise das defesas e razões de justificativas em razão das irregularidades na concessão e pagamento de indenização de transporte quando da passagem do militar **EDMILSON ARAÚJO TORRES** para a inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, conforme ordenado no item V.b da Decisão nº 4001/2012, proferida nos autos do Processo nº 29.574/2011.

Em atenção a essa deliberação plenária, os militares **MARCO ANTÔNIO CHAGAS, EDMILSON ARAÚJO TORRES e JOSÉ RAJÃO FILHO** apresentaram seus argumentos de defesa, conforme documentos de fls. 58/64, de fls. 83/98 e de fls. 104/122, respectivamente.

A Secretaria de Contas, nos termos da **Informação nº 242/2013-SECONT/2ªDICONT**, em face das análises realizadas sobre a documentação trazida ao feito, considerou improcedentes os argumentos expendidos pelos militares **MARCO ANTÔNIO CHAGAS e EDMILSON ARAÚJO TORRES** e procedentes os argumentos apresentados pelo militar **JOSÉ RAJÃO FILHO**, conforme os excertos que transcrevo a seguir:

*"ALEGAÇÕES DO SR. MARCO ANTÔNIO CHAGAS (fls. 58-64 e anexo fls. 65-73)*

*7. **Argumento:** inicialmente, o defendente faz um breve resumo do contido na conclusão da Comissão Tomadora de Contas e na Decisão do Tribunal. Alega que a Comissão de Tomada de Contas apontou o beneficiário da indenização de transporte como a única pessoa responsável pela intenção de fraudar o processo, atestando que o Diretor de Inativos não tomou parte na fraude ou que dela se beneficiou.*

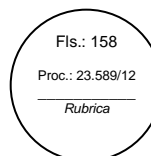
*8. Arguiu que não pode um administrador, cumpridas todas as exigências legais, adivinhar as intenções do beneficiário em fraudar o processo, não tendo como se atribuir responsabilidades por não ter detectado a má-fé do ato.*

*9. Nesse sentido, alegou que, ainda que existissem instrumentos regulares e eficazes de controle, tendo o pleiteante a firme intenção de fraudar, não haveria como o Diretor de Inativos impedir o ato fraudulento.*

*10. Acrescentou que a Corporação transferia para a inatividade, anualmente, centenas de militares que poderiam optar por mudança de domicílio. Em decorrência da difícil tarefa de checagem dos destinos e efetiva comprovação de residência, para concessão do benefício, à Diretoria de Inativos foi*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



reservada a missão de tão só anexar ao processo um relatório de exame de comprovação de moradia, assinado pelo pleiteante, e recolher uma declaração do interessado se responsabilizando pelos atos dali decorrentes.

11. Destacou que o CBMDF está organizado somente no Distrito Federal, não contando com unidades em outras partes do País, ao contrário das Forças Armadas, que dispõem de organizações em todas as unidades da federação, possibilitando maior controle dos deslocamentos de inativos.

12. **Análise:** temos aqui dois aspectos a serem considerados. O primeiro diz respeito à alegação de que todas as exigências legais foram cumpridas, que cabia somente a anexação de relatório de exame de comprovação de moradia e de que não havia possibilidade de se controlar os deslocamentos, dada a estrutura limitada do CBMDF.

13. No que tange ao cumprimento de todas as exigências das normas vigentes pelo Administrador, de fato, caso isso houvesse ocorrido, não haveria como atribuir-lhe culpa pela concessão indevida do benefício. No entanto, conforme salientado na Informação nº 86/2012 (fls. 18-33), os documentos apresentados não comprovam a efetiva transferência de domicílio.

14. Ademais, conforme o art. 55 do então vigente Decreto nº 16.036/1994, cabe ao Diretor de Inativos e Pensionistas, entre outras atribuições:

**"Art. 55**

**(...)**

**II - decidir sobre questões de pessoal inativo e pensionistas militares, submetendo ao Comandante-Geral as que lhe escapem a competência;**

**(...)**

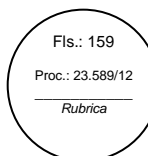
**VI - emitir parecer em processos e documentos na área de sua competência;**

**(...)"**

15. Assim, caberia ao defendente cumprir e observar a legislação que regia a matéria e utilizar os instrumentos de controle existentes, comunicando ao Comandante-Geral qualquer irregularidade detectada na documentação, bem como a não apresentação dos comprovantes de fixação de residência no prazo de 90 (noventa) dias após o recebimento do benefício por parte do beneficiário, conforme a legislação de regência.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



16. Acrescentamos, ainda, que a própria Portaria n° 023/1995-CBMDF prevê a solicitação da comprovação de residência, bem como a confirmação da veracidade das informações geradoras do benefício através de Corporação coirmã da Unidade da Federação local<sup>1</sup>, o que invalida o argumento de o CBMDF estar restrito ao âmbito do Distrito Federal.

17. O segundo aspecto a ser considerado refere-se à alegação quanto à impossibilidade de se prever a fraude. Na verdade, o que se viu nos autos foi uma atitude omissiva no controle das concessões dos benefícios e não uma atuação dolosa, como verificado no caso do beneficiário que se utilizou de documentos produzidos para obter a referida vantagem. De qualquer forma, em nenhum momento foi instado ao defendente prever a ocorrência de fraude e sim de ter adotado uma conduta cautelosa quanto à utilização de recursos públicos, pois, no caso concreto, restou evidenciado o pagamento indevido, uma vez que não ficou comprovada a transferência de domicílio do beneficiário, tampouco o interesse da Administração em comprovar a autenticidade das informações prestadas pelo requerente.

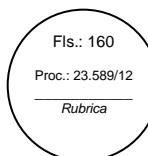
18. **Alegação:** em seguida trouxe o conteúdo da norma quanto aos documentos a serem apresentados, bem como expôs que a faculdade de requerer a comprovação de transferência, em até um ano, era do Comandante-Geral e não fora transferida ao Diretor de Inativos. Além disso, não cabia a este alterar atribuições no âmbito da Corporação, podendo, no máximo, sugerir a adoção de procedimentos, não podendo, inclusive, praticar investigações contra este ou aquele militar.

19. **Análise:** ainda que a exigência de comprovação em até um ano fosse do Comandante-Geral ou que a ele não competisse promover a investigação de militares, o processo de requerimento, por ele analisado (fl. 58\*), desde sua inicial, não estava composto de documentação suficiente para respaldar o pleito. Além disso, este deveria remeter à DIP a comprovação da transferência, em não o fazendo, esta área deveria dar conhecimento ao Comandante. Finalmente, o que fugisse de sua competência, conforme estabelecido no normativo transcrito no § 12 retro, deveria ser levado ao conhecimento do Comandante-Geral. Portanto, a afirmação não socorre

<sup>1</sup> “V – O CBMDF poderá solicitar do militar inativo, a qualquer tempo, pelo prazo de 01 (um) ano, a comprovação de residência, bem como confirmar através de Corporação co-irmã da Unidade da Federação local, a veracidade das informações geradoras do benefício.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



o defendente, pois agiu sem cautela no exame e no controle de procedimentos de sua área de atribuições.

20. **Alegação:** faz um relato temporal dos fatos e da legislação vigente. Após que a Comissão de Tomada de Contas fundamentou a conduta omissiva dos gestores do CBMDF em premissas falsas, haja vista a ausência, tanto na Portaria n° 023/95-CBMDF, em vigor à época, como no relatório instituído por esta e ainda no Decreto n° 986/93, que regulava a concessão da indenização de transporte na esfera federal, de quaisquer dispositivos que discriminassem a documentação a ser apresentada após a mudança de residência do beneficiário ou como fazer tal cobrança, o que só veio a ocorrer com a aprovação da Portaria n° 046/2000-CBMDF, em dezembro de 2000. Assim, quaisquer cobranças nesse sentido seriam irregulares, no mínimo arbitrárias, e nada poderia ser feito caso o inativo se recusasse em apresentar a documentação porventura requerida.

21. **Análise:** ainda que as aludidas normas não discriminassem a documentação a ser apresentada após a mudança de residência do beneficiário, a própria Portaria n° 023/95-CBMDF previa a solicitação da comprovação de residência, bem como a confirmação da veracidade das informações geradoras do benefício através de Corporação coirmã da Unidade da Federação local.

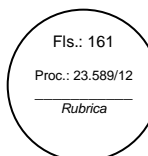
22. Além disso, considerando que o beneficiário não apresentou documentos que comprovassem fixação de residência, conforme exigência contida na legislação à época, caberia ao defendente alertar o Comandante-Geral para a adoção das providências cabíveis.

23. **Alegação:** transcreveu o artigo 55 do Decreto n° 16.036/94-CBMDF, que descreve as atribuições do Diretor de Inativos e Pensionistas, ressaltando que submeteu minuta de portaria ao Comandante-Geral da Corporação visando maior rigor à Portaria n° 023/95 para a concessão do benefício de "Indenização de Transportes" aos militares recém-inativados, demonstrando zelo ao erário, na busca para minimizar os problemas, só que sua capacidade para pô-las em prática fugia à sua alçada.

24. **Análise:** tal fato não tem o condão de afastar a responsabilidade por sua conduta omissiva na análise da documentação por ocasião do requerimento



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



do benefício, feita em 1996, bem como no acompanhamento da boa e correta aplicação dos recursos públicos.

25. **Alegação:** acrescentou que sua capacidade para se dirigir a órgãos externos ao CBMDF era limitada e o impedia de contatar Corporações coirmãs de outras Unidades da Federação, restando-lhe apenas sugerir ao Comandante-Geral que o fizesse, o que, segundo o defendente, teria ocorrido diversas vezes sem, contudo, que sua sugestão fosse acatada

26. **Análise:** embora tenhamos ciência da hierarquização das estruturas militares, não restou comprovada a afirmação de que teria se dirigido ao Comandante-Geral por diversas vezes para que este contatasse as Corporações coirmãs.

27. **Alegação:** fez menção às diversas normas (leis, decretos e portarias) que estavam, direta ou indiretamente, relacionadas ao benefício da indenização de transporte, tais como as Leis n°s 8.237/1991 e 7.435/1985. A primeira específica para os militares federais e a segunda para os do CBMDF; o Decreto n° 986/93, para a área federal, e o de n° 16.526/95, para a PMDF e o CBMDF; e a Portaria n° 023/95-CBMDF. Alega que a legislação era omissa ou pouco específica no modo como instruir os processos e conceder o benefício, entendendo que o legislador buscava não burocratizar demais tais instrumentos, haja vista a existência de outros dispositivos para o caso de cometimento de fraudes, como a Lei n° 7.115/83.

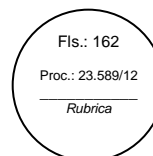
28. **Análise:** a alegação nada acrescenta para elidir sua responsabilidade, visto caber aos gestores o cuidado com a coisa pública e a adoção de mecanismos de controle, o que não ocorreu no caso concreto, nem no momento da concessão do benefício, como discorrido no § 13 retro, nem posteriormente, ao se exigir o cumprimento do contido na legislação vigente.

29. **Alegação:** aduziu o defendente que, além de sugerir alterações da Portaria n° 023/95-CBMDF, sempre observou os ditames desse diploma legal na instrução dos processos e na remessa ao Comandante-Geral para aprovação ou não, entendendo desproporcional às suas capacidades e competências, somadas às singularidades das legislações pertinentes à matéria, a manutenção do entendimento no sentido de considerá-lo omissa.

30. **Análise:** conforme consignado nas análises



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



anteriores, improcedente a alegação de observância dos ditames da referida portaria, bem como no cuidado com o trato da coisa pública.

31. **Alegação:** afirma que a CTCE imputa conduta omissiva ao defendente com base na apresentação fraudulenta de documentações por parte dos beneficiários (coincidência de endereços), se limitando a insinuar que os documentos são falsos (endereços inexistentes, pessoas e/ou assinaturas distintas das reais, falsificação de carimbos etc.), sem, contudo, comprovar tais ilegalidades. Com relação à coincidência de endereços, traz relação com 63 processos constando endereços diferentes dos beneficiários, tentando demonstrar que a alegação de coincidências de endereços é infundada, ainda mais em relação ao beneficiado.

32. **Análise:** não merece prosperar também esta alegação. Diferentemente do afirmado pelo defendente, a CTCE não afirmou em nenhum momento essa situação.

33. **Alegação:** aduz que os motivos pelos quais as documentações eram apresentadas antes da efetiva transferência do militar para a inatividade eram os de que o militar deveria se habilitar ao benefício ainda no processo de inativação, ou seja, dada a entrada no pedido de transferência para a inatividade deveria logo providenciar os requisitos da Portaria nº 23/95.

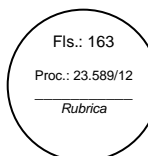
34. **Análise:** tal fato não elimina a omissão apontada. Ao contrário, se a documentação era solicitada antes de feita a referida mudança de localidade, a Corporação deveria envidar esforços para comprovar a transferência do militar, como forma de justificar a concessão antecipada da referida indenização.

35. **Alegação:** a CTCE equivoca-se ao afirmar que o militar deveria permanecer por no mínimo 01 (um) ano na localidade. Em nenhum dispositivo há qualquer referência quanto a um tempo mínimo de permanência na localidade indicada.

36. **Análise:** improcedente tal entendimento. Vale lembrar o brocardo jurídico de que "verba cum effectu, sunt accipienda", ou seja, não se presumem, na lei, palavras mortas ou inúteis. Portanto, a expressão "pelo prazo de 01 (um) ano", demonstra a intenção do legislador em definir um período mínimo. Se assim não fosse, poderia o militar se "mudar" num mês para a localidade



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



requerida e no outro retornar, com nítida intenção de somente receber a indenização de transporte, sem efetivamente ter o ânimo da mudança de domicílio.

37. **Alegação:** por fim, requer a não aplicação de multas ou outras sanções, bem como a retirada da recomendação de abertura de procedimento disciplinar.

38. **Análise:** apesar do requerido, não há nos autos elementos capazes de afastar a fraude cometida pelo militar beneficiário ao elaborar documentos no sentido de simular sua transferência para outra cidade e assim receber, indevidamente, a indenização de transporte. Por outro lado, vemos que restou demonstrada uma conduta omissiva do diretor da DIP no sentido de não ter agido com cuidado suficiente no controle da concessão desse benefício, devendo, assim, ser considerada improcedente a sua defesa.

**ALEGAÇÕES DO SR. EDMILSON ARAÚJO TORRES** (fls. 83-98 e anexo fl. 99)

39. Preliminarmente, o defendente alega a nulidade da decisão em vista da falta de motivação, da ilegitimidade passiva para figurar no polo passivo do procedimento administrativo e da prescrição.

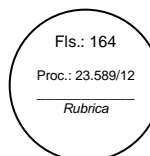
40. **Análise:** a motivação, como preleciona Celso Antônio Bandeira de Mello (in Elementos de Direito Administrativo, 3ª Ed, Malheiros, 1992, SP, pág. 125), é a exposição dos motivos, a fundamentação na qual são enunciados os fatos em que o agente se estribou para decidir, é a causa do ato administrativo.

41. Nesse sentido, ao contrário do que afirma o nominado, a decisão da Corte baseou-se, justamente, nos documentos apresentados e nos apontamentos feitos pela CTCE, pelo órgão técnico do TCDF e pelo parecer do MP/TCDF, que foram suficientes para demonstrar que a mudança de domicílio, a qual ensejou o pagamento da indenização de transportes, não ocorreu. Destacamos que o beneficiário deveria ter enviado à Corporação documentos que comprovassem sua efetiva mudança de residência, bem como de seus dependentes, o que não aconteceu. Assim, mostra-se suficientemente motivada a decisão.

42. Quanto à alegada ilegitimidade passiva, improcedente também este argumento, uma vez que cabe à CTCE apurar a responsabilidade de todos aqueles que participaram dos atos considerados



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



ilegais.

43. No que toca à prescrição, a Constituição Federal de 1988 é translúcida no tocante à imprescritibilidade do ressarcimento:

**"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

**§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento".**

44. Assim, não há se falar em prescrição quanto às apurações de prejuízos ao erário e seus respectivos ressarcimentos.

45. **Alegação:** o defendente ratifica todos os argumentos apresentados, fls. 103-114\* (prescrição, ato jurídico perfeito e a segurança das relações jurídicas, recebimento de boa-fé).

46. **Análise:** a referida peça já foi considerada quando da análise de mérito da TCE, ocorrida na fase processual anterior a esta e, portanto, os fatos ali trazidos não afastaram a responsabilidade atribuída.

47. **Alegação:** aduz que, em razão do lapso temporal decorrido (mais de 16 anos), as provas documentais e mesmos testemunhais que poderiam comprovar o cumprimento da obrigação de fazer já pereceram.

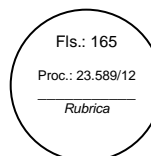
48. **Análise:** embora o lapso temporal realmente dificulte a apresentação de documentos, este não pode ser um argumento hábil a afastar a responsabilidade do defendente, uma vez que todos os documentos que comprovassem a efetiva mudança dele para a cidade indicada já deveriam ter sido apresentados ao CBMDF, na forma da legislação. Portanto, não procede o argumento trazido.

49. **Alegação:** o defendente não concorda com a decisão, uma vez que esta foi baseada em ilações e suposições, não apresentando provas pelas quais se funda.

50. **Análise:** conforme afirmado na Informação nº 86/2012 (fls. 18-33), os fatos comprovam que não houve a efetiva mudança de residência e nem trouxe o defendente provas a justificar o recebimento da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



referida indenização.

51. **Alegação:** colocou que a concessão do benefício foi feita de acordo com a legislação aplicável: Lei nº 5.906/73, Decreto nº 986/93 que aplicou aos militares do DF o disposto no Decreto nº 16.529/95 e Portaria nº 023/95.

52. **Análise:** no que tange ao cumprimento dos dispositivos legais, cabe destacar que o beneficiário não apresentou documentos que comprovassem a fixação de residência, conforme exigido pelas normas e legislação vigentes. Os documentos trazidos foram frágeis, não dando suporte à comprovação de sua efetiva mudança.

53. **Alegação:** a TCE foi instaurada para apuração dos responsáveis pela concessão e pagamento da indenização de transportes, não cabendo ao defendente qualquer dessas atribuições, tendo sido apenas recebedor do benefício. Assim, a Comissão extrapolou sua competência e finalidade.

54. **Análise:** conforme dito no § 40, cabe à CTCE apurar a responsabilidade de todos aqueles que participaram dos atos considerados ilegais.

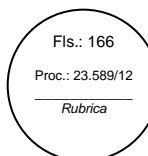
55. **Alegação:** após que, embora intimado pela CTCE, suas afirmações, negativas, provas documentais e defesas escritas foram consideradas vãs, vez que, injustificavelmente, nada do que se apresentou foi recepcionado ou acolhido pela Comissão, sem que fossem colocados os fundamentos ou indicada a conduta irregular do defendente. Tal fato impede a apresentação de sua defesa, pois este não sabe do que deve se defender, cerceando seus direito ao contraditório.

56. **Análise:** conforme colocado no § 50, o defendente foi indicado como responsável pelo ressarcimento do prejuízo, uma vez que não conseguiu comprovar sua efetiva transferência para a cidade indicada, a qual lhe rendeu o pagamento da indenização de transporte. Tanto a defesa apresentada na fase interna da TCE, quanto os documentos anexados aos autos, foram examinados e considerados ao serem exarados os posicionamentos da CTCE e do controle interno, bem como a deliberação da Corte.

57. **Alegação:** reafirma novamente o argumento do § 47 de que, em vista do lapso temporal decorrido entre a transferência do defendente até hoje, não há mais possibilidade de apresentação de provas documentais, como passagens aéreas, terrestres,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



fretamento de transportes de mudança. Se o TCDF tivesse sido mais diligente, iniciando e concluindo a TCE logo após a apuração de qualquer irregularidade no que tange à indenização de transporte, o citado teria como se defender com mais eficiência.

58. **Análise:** como afirmado no § 48, o argumento não merece guarida.

59. **Alegação:** trouxe, na sequência, a questão da prescrição do prazo para as apurações, bem como a garantia constitucional de duração razoável dos processos administrativos e judiciais.

60. **Análise:** como já apontado nos §§ 43-44, a Constituição Federal de 1988 é clara no tocante à imprescritibilidade do ressarcimento, não havendo se falar em prescrição.

61. **Alegação:** alegou que as apurações da TCE se iniciaram em 2002 e que não poderia o servidor ser apenado pela inércia da Administração. Assim, entende que não poderia ser imposto ao defendente qualquer encargo, como aplicação de multa, juros e atualização monetária, sendo improcedente a imputação desses gravames.

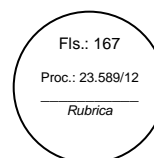
62. **Análise:** conforme item III da Decisão nº 4001/2012 (fls. 49-50), o valor que está sendo cobrado do defendente refere-se ao montante do benefício recebido, devidamente atualizado e incidente juros. A atualização monetária é procedimento previsto em qualquer reposição monetária e está descrita no art. 1º, inciso II, alínea "a", da Emenda Regimental nº 13/2003 e os juros estão previstos no art. 1º, inciso II, alínea "b", do mesmo dispositivo, em vista do ato ter sido considerado doloso.

63. Quanto à multa proposta na referida Decisão, assim como inabilitação para exercício de cargo em comissão, decorreu também de ter sido o ato considerado doloso por parte do Tribunal. Portanto, improcedente a argumentação trazida.

64. **Alegação:** afirma ainda que o motivo de não ter permanecido residindo na cidade indicada foi o fato de não haver se adaptado às condições climáticas, sociais e ao nível de desenvolvimento humano da cidade, além do fato de que seus domicílios funcionais, fiscais, tributários e eleitorais permaneceram no DF, o que os obrigava (beneficiário e família), sempre que necessitassem de assistência médica ou tratar de assuntos administrativos, a se



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



deslocarem para cá, o que tornava isso muito dispendioso e sacrificante.

65. **Análise:** esta alegação só vem a corroborar o afirmado pela CTCE e por esta Corte, no sentido de que não havia intenção alguma do beneficiado em fixar residência na localidade indicada. Todas as questões colocadas demonstram que a cidade somente foi escolhida por conta de sua distância, o que permitia ao militar receber um valor de indenização maior.

66. **Alegação:** finalmente, reafirmou que a imputação da responsabilidade é injusta e desprovida de qualquer fundamento jurídico.

67. **Análise:** a questão trazida já foi objeto de análise nos parágrafos precedentes.

68. Assim, cremos que a defesa apresentada mostrou-se improcedente para afastar a responsabilidade inicialmente atribuída.

**ALEGAÇÕES DO SR. JOSÉ RAJÃO FILHO** (fls. 104-122)

69. Inicialmente, o defendente faz um resumo do processo e um histórico da legislação de regência à época. Alega que de uma simples leitura dos normativos aplicáveis conclui-se que a concessão e o pagamento da indenização de transporte eram plenamente legais.

70. **Análise:** a CTCE, em momento algum, apontou a ilegalidade da indenização de transporte. O que se apurou foram as concessões irregulares que não atenderam aos normativos legais aplicáveis. Importa destacar que a legalidade no pagamento da referida indenização somente aconteceria com a implementação dos requisitos estabelecidos, em especial na Portaria CBMDF nº 23/1995. O requisito essencial para o seu recebimento, além da passagem à inatividade, era a mudança de domicílio, com a **fixação de residência**.

71. Acontece que, em inúmeros casos, a mudança de domicílio não ocorreu, não justificando assim o pagamento da referida indenização. Nesse contexto, mostraram-se omissos o Comandante-Geral e o Diretor da DIP, que não tiveram os cuidados suficientes para garantir a comprovação efetiva da mudança de localidade. Mostra-se assim, improcedente esse argumento.

72. **Alegação:** aponta que a única irregularidade apurada foi a da não realização da viagem por parte de um número de beneficiários, não podendo assim,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 168  
Proc.: 23.589/12  
Rubrica

se dizer que houve irregularidade na concessão e no pagamento.

73. **Análise:** o que o defendente aponta como única irregularidade, ou seja, a não comprovação da efetiva mudança de domicílio, era nada mais do que a condição essencial para a concessão e o pagamento da referida indenização de transporte, comprovação esta que deveria ser cobrada durante no mínimo 1 ano do recebimento do referido benefício, conforme previa a Portaria CBMDF nº 23/1995. Neste caso, a implementação das condições para a sua concessão e pagamento não se resumiam ao simples fato da apresentação do pedido, mas também à comprovação da manutenção da residência durante um lapso temporal, o que não ocorreu conforme apontado na Informação nº 86/2012 (fls. 18-33).

74. **Alegação:** aduz a longa duração das apurações e que o início da instauração se deu no prazo de 6 anos após o fato, ou seja, um ano após o limite quinquenal. Solicita a aplicação do instituto da decadência ao caso. Alega ainda a incompetência dos servidores que procederam à TCE, tendo em vista o defendente ter se tornado responsável solidário.

75. **Análise:** no que toca à prescrição, a Constituição Federal de 1988 é translúcida no tocante à imprescritibilidade do ressarcimento:

**"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

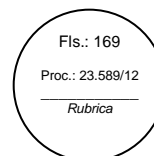
**§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento".**

76. Assim, não há se falar em prescrição quanto às apurações de prejuízos ao erário e seus respectivos ressarcimentos.

77. Quanto à alegada incompetência, conforme o relatório parcial da Comissão Tomadora (fls. 4-12\*), os autos foram encaminhados à Supervisão de Tomada de Contas Especial da Secretaria de Estado de Governo objetivando a composição de nova comissão, a fim de dar continuidade nos trabalhos, o que foi implementado, conforme consta do Termo de Designação de Secretário à fl. 49, não havendo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*assim que se falar em nulidade.*

78. **Alegação:** após que não houve sua notificação ou citação em processos administrativos para exercer o contraditório e a ampla defesa, e que, se tivesse acontecido, certamente não estaria respondendo junto a este Tribunal.

79. **Análise:** cabe lembrar que as atribuições da instância administrativa não se confundem com as deste Tribunal de Contas, tanto é assim que o Tribunal poderá determinar a abertura de procedimento administrativo pelo CBMDF de forma a apurar eventuais faltas ou irregularidades que fujam à competência deste Tribunal.

80. Como se verifica da presente defesa e análise neste momento, o contraditório e ampla defesa foram efetivamente oportunizados ao ora defendente. Ademais, não lhe foi imposta qualquer penalidade acerca das impropriedades antes de ter sido chamado a apresentar sua defesa, conforme ocorrido nesta fase. Descabível, assim, este argumento.

81. **Alegação:** aduz que a CTCE, ao relacionar os Comandantes-Gerais, não individualiza a participação de cada um e, muito menos, aponta as ações ou omissões que imputaria a responsabilidade solidária ou aplicação de multa, sendo que os elementos dos autos estavam firmados apenas em indícios e juízos genéricos.

82. **Análise:** a individualização da participação de cada um foi devidamente demonstrada, tanto é assim que vários Comandantes-Gerais foram citados para apresentarem defesa, cada um relativamente ao período em que esteve no comando do CBMDF.

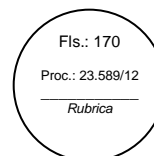
83. Destaque-se que a comissão apontou a omissão do Comandante-Geral, à época, em solicitar a documentação necessária para a confirmação da mudança de residência do militar beneficiado (fl. 187v\*), corroborado pela Informação nº 86/2012 (fls. 18-33). O parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (PARECER Nº. 976/2012-CF, fls. 36-41) também demonstrou a conduta omissiva dos dirigentes do CBMDF à época.

84. Nessa situação, o que eram apenas indícios e juízos genéricos se comprovaram e tornaram-se fatos devidamente apurados. Improcedente assim o argumento.

85. **Alegação:** alega ser inadmissível a solidariedade presumida, resultando ela de lei ou



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



vontade das partes.

86. **Análise:** como bem observado pelo defendente a responsabilidade solidária não se presume. Ou resulta da expressa vontade das partes ou da lei. No caso, o art. 9º da Lei Complementar Distrital nº 1/1994 (LOTCDF) é cristalino ao dispor:

"Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Distrito Federal, na forma prevista no inciso VI do art. 6º desta Lei Complementar, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, **sob pena de responsabilidade solidária**, deverá imediatamente adotar providências, com vista à instauração de tomada de contas especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano."

87. O art 17 do mesmo diploma legal ainda é mais claro:

"Art. 17. As contas serão julgadas:

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
- c) dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

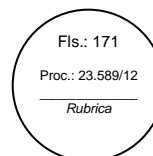
§ 2º Nas hipóteses do inciso III, alíneas "c" e "d" deste artigo, o Tribunal, ao julgar irregulares as contas, **fixará a responsabilidade solidária:**

- a) do agente público que praticou o ato irregular;
- b) do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado."

88. Assim, a conduta omissiva do agente público no dever de fiscalizar efetivamente os gastos públicos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*pode justificar a sua responsabilidade solidária. Dessa forma, improcedente esta alegação.*

**89. Alegação:** *argumenta que não se poderia atribuir ao Comandante-Geral todos os atos de execução, gestão e controle, pela simples razão de ser o ordenador de despesas. Não pode o defendente ser responsabilizado solidariamente e/ou ser-lhe aplicado multa pelo fato de ter obedecido aos ditames legais. Não foi o defendente que "inventou" ou instituiu a referida indenização de transportes. Aduz ainda que deferiu a concessão do benefício em função de ter recebido informações "favoráveis" da DIP.*

**90. Análise:** *essas afirmações são genéricas e nada acrescentam a seu favor. Ademais, competia ao Comandante-Geral a verificação da eficácia dos dispositivos aplicados no intuito de coibir possíveis fraudes na concessão da indenização de transporte quando da passagem dos militares para a inatividade. Cabia a ele, também, nomear os diretores dos órgãos subordinados, em particular, o Diretor de Inativos e Pensionistas, conforme o art. 8º do Decreto nº 16.036/1994<sup>2</sup>, e exigir deste tanto o cumprimento e a observância da legislação que regia a matéria, como a utilização dos instrumentos de controle existentes.*

**91.** *Como afirmado, houve omissão na medida em que não foram tomadas medidas suficientes para garantir o cumprimento dos requisitos legais e necessários à concessão e pagamento da citada indenização.*

**92. Alegação:** *expôs que não se conseguiu vislumbrar o nexó de causalidade entre a conduta do defendente, seja omissiva ou comissiva, e o fato descrito; comprovar conduta culposa que tivesse, ao menos, contribuído para a ocorrência; provar que a simples falta de controle ou a existência de falhas em rotinas de serviço foram fortes o bastante para motivar a aplicação de multa.*

**93. Análise:** *o nexó causal foi devidamente demonstrado pela comissão ao apontar a omissão do Comandante-Geral e do Diretor da DIP em solicitar a documentação necessária para a confirmação da mudança de residência do militar beneficiado, como apontado no § 82 desta Instrução.*

**94.** *Com bem afirmado pelo defendente, a simples*

---

<sup>2</sup> Art. 8º - As Diretorias e a Ajudância-Geral serão dirigidas, preferencialmente, por oficiais do último posto do QOBM/Comb., nomeados pelo Comandante-Geral.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 172  
Proc.: 23.589/12  
Rubrica

falta de controle ou existência de falhas em rotinas, foram suficientes para que fossem deferidas cerca de 354 indenizações de transporte, as quais, a maioria não se conseguiu comprovar a efetiva mudança de localidade que era condição fundamental para o seu recebimento. Descabíveis assim esses argumentos.

95. **Alegação:** repete o argumento de violação à ampla defesa no âmbito administrativo.

96. **Análise:** inexistente tal violação, conforme comentado nos §§ 79-80.

97. **Alegação:** informa que foi Comandante Geral apenas até novembro de 1996 e que o controle sobre o beneficiário poderia ser exercido até 1 ano, ou seja, por ocasião da sua saída do comando existia um prazo de mais de 6 meses para a realização do controle. Desse modo, deveria a gestão sucessora, através da DIP, realizar a devida verificação, não cabendo falar em responsabilidade solidária ou aplicação de multa ao defendente, pois estava findada a sua gestão como Comandante-Geral.

98. **Análise:** o pagamento do benefício ao militar ocorreu em 14.10.1996 (fl. 181\*). Nos termos da Portaria nº 23/1995 e anexos, a comprovação da fixação da residência deveria ocorrer em até 90 (noventa) dias após o recebimento do benefício, ou seja, em janeiro de 1997. Após esse período, o Comandante-Geral e o Diretor deveriam tomar providências visando à comprovação do alegado ou, em caso negativo, cobrar a devolução dos valores recebidos indevidamente.

99. Ao que consta à fl. 25, o Sr. José Rajão Filho esteve como Comandante-Geral do CBMDF até o dia 4.11.1996, isto é, não poderia, até a data de sua saída da Corporação, tomar medidas, de forma a comprovar a fixação de residência pelo militar beneficiado.

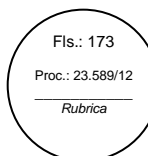
100. Nesse contexto, pensamos assistir razão ao recorrente, não sendo razoável imputar-lhe, neste caso, por conta dessa situação especial, a omissão no dever de fiscalização. Deve, assim, o Tribunal acatar a presente defesa de forma a retirar a solidariedade do débito em relação ao defendente e demais sanções."

Mercê dessas considerações, a Unidade Técnica apresenta ao egrégio Plenário as seguintes conclusões e sugestões:

"101. Entendemos que o Tribunal deve, no mérito,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*considerar improcedente a defesa do Sr. Marco Antônio Chagas, conforme análise efetuada nos §§ 7-38 desta Instrução.*

*102. Relativamente aos argumentos trazidos pelo Sr. Edmilson Araújo Torres, não foram suficientes para elidir a responsabilidade a ele atribuída, de acordo com a análise externada nos §§ 39-68 supra.*

*103. Com relação à defesa apresentada pelo Sr. José Rajão Filho, deve o Tribunal considerá-la procedente para afastar a solidariedade e demais sanções, porquanto o prazo para que medidas fossem tomadas pelos gestores do CBMDF, com relação à comprovação da fixação de residência pelo beneficiado, se iniciou fora do período da gestão do defendente, sendo razoável a justificativa apresentada pelo recorrente de que não teve como operar medidas visando à comprovação da fixação de residência pelo militar beneficiado, conforme sustentado nos §§ 97-100 desta Informação.*

*104. Neste caso, seria necessário o chamamento aos autos do Comandante-Geral que assumiu a Corporação, Sr. Sebastião Liparizi de Carvalho (fl. 25\*). Todavia, é do conhecimento do Tribunal o óbito desse militar, ficando, assim, prejudicado o chamamento.*

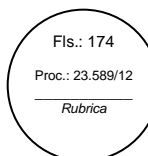
*105. Assim, em face do contido no item III da Decisão nº 4001/2012 (fls. 49-50), deve o Tribunal, com esteio no inciso III, alíneas "b" e "d", do art. 17 da Lei Complementar nº 1/1994, julgar irregular a tomada de contas especial, condenando os militares Edmilson Araújo Torres (beneficiário) e Marco Antônio Chagas (Diretor de Inativos e Pensionistas) a recolherem, solidariamente, aos cofres do Distrito Federal o valor de R\$ 77.020,97 (fl. 124), acrescido de juros e correção monetária desde 20.8.2013 até a data do efetivo pagamento.*

*106. Poderá ser aplicada, ainda, ao militar beneficiado a penalidade de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/1994.*

*107. Parece-nos que caberia ainda ao Tribunal orientar o CBMDF, tomando por base o contido no voto do Conselheiro Paulo Tadeu (fl. 180 do Processo nº 21.697/2011), que, quando do desconto em folha do débito imputado solidariamente, este deverá incidir, inicialmente, apenas sobre a remuneração do militar beneficiado e somente na sua*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*falta ou eventual cobrança judicial é que os demais devedores solidários (Comandante-Geral e Diretor de Inativos e Pensionistas) deverão compor a lide.*

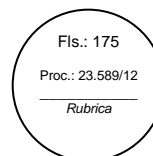
*(...)*

*108. Ante o exposto sugerimos ao egrégio Plenário que:*

- I. tome conhecimento das defesas apresentadas às fls. 58-64 (anexos de fls. 65-73), fls. 83-98 (anexos de fls. 99) e fls. 104-122, em face do item III da Decisão nº 4001/2012 para, no mérito, considerar procedente a do militar José Rajão Filho e improcedentes as dos militares Edmilson Araújo Torres e Marco Antônio Chagas, em virtude de irregularidade na percepção, concessão e pagamento de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade de militar do CBMDF;*
- II. com esteio no inciso III, alíneas "b" e "d", do art. 17 da Lei Complementar nº 1/1994, julgue irregular a tomada de contas especial, condenando os militares Edmilson Araújo Torres (beneficiário) e Marco Antônio Chagas (Diretor de Inativos e Pensionistas) a recolherem, solidariamente, aos cofres do Distrito Federal o valor de R\$ 77.020,97 (fl. 124), acrescido de juros e correção monetária desde 20.8.2013 até a data do efetivo pagamento;*
- III. com fulcro no art. 60 da Lei Orgânica desta Corte, c/c artigo 183 do RITCDF, aplicar ao militar beneficiado a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de cinco anos;*
- IV. nos termos dos arts. 26 e 29, I, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a notificação dos militares indicados no item II para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham o valor do débito a eles imputados e comprovem o pagamento perante o Tribunal;*
- V. autorize, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29, inciso I e II, da Lei Complementar nº 1/1994, orientando ao CBMDF que o desconto parcelado em folha do débito imputado solidariamente deverá incidir, inicialmente, apenas sobre a remuneração do militar beneficiado e somente na sua falta ou cobrança judicial é que os demais devedores*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*solidários deverão compor a lide, devendo, ainda, ser observada a sistemática prevista nos termos da Decisão nº 4463/2004, c/c os da Emenda Regimental nº 13/2003;*

VI. *reitere ao CBMDF nos termos do item V, alínea "a", da Decisão nº 4001/2012, referente à instauração de procedimento disciplinar, seja sindicância ou inquérito administrativo, em razão das irregularidades cometidas pelos militares;*

VII. *autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada."*

Chamado a falar no feito, por meio do **Parecer nº 1.180/DA**, o Ministério Público de Contas acolhe as sugestões de **fls. 144/146**, em face dos seguintes fundamentos (fls. 147/154):

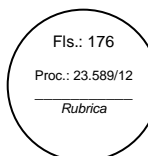
*"9. Expostas as considerações externadas pelo Corpo Técnico, passo à análise do feito ressaltando, de antemão, a concordância do Ministério Público com as sugestões considerar improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelo beneficiário e pelo Diretor da DIP e procedentes a defesa apresentada pelo Comandante-Geral, uma vez que, de fato, deixou o comando da Corporação antes da publicação da concessão do benefício em exame, bem como de instauração de procedimento administrativo disciplinar e de cientificação do beneficiário e do Diretor da DIP para recolhimento do débito apurado nos autos, solidariamente, devidamente atualizado, bem como, em relação ao militar beneficiário, dada a gravidade dos fatos, deve ser aplicada a sanção prevista no art. 60 da LC nº 1/94.*

*10. Conforme se observa, os elementos e a farta documentação constitutiva dos autos comprovaram que a concessão da indenização de transporte ao militar restou definitivamente maculada pela pecha de irregularidade, pois obtida com apresentação de documentos que não comprovaram a efetiva alteração de seu domicílio para a cidade indicada no requerimento.*

*11. Sobre as ações de ressarcimento, reitero o posicionamento expandido no Parecer nº. 984/2005-DA, lançado no Processo 1.224/2002, no qual registrei que "os ilícitos praticados por agentes públicos, decorrentes de atos praticados com dolo ou culpa, em que resultem prejuízos ao erário não são atingidos pela prescrição contida no § 5º do artigo 37 da Constituição Federal, devendo o Poder*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*Público buscar a qualquer tempo o ressarcimento do dano, utilizando-se dos meios cabíveis e postos a sua disposição, seja na esfera administrativa ou judicial". Noutras palavras, "a imprescritibilidade das ações de ressarcimento, de que trata o § 5º do artigo 37 da Constituição Federal, deve ser considerada em seus devidos termos, ou seja, apenas os atos praticados com culpa lato sensu pelo agente e que causarem prejuízo ao patrimônio público estão afetos à imprescritibilidade. Em outras palavras, apenas a repercussão patrimonial do ilícito é imprescritível, não o sendo as demais consequências do fato (administrativa e/ou penal) que terão seus prazos prescricionais previstos em lei".*

*12. No presente caso, restou evidenciada o dolo na atuação do militar, que, sabedor da necessidade de comprovar efetivamente a alteração de domicílio, não apresentou suficientes documentos que possibilitassem tal comprovação. Quanto aos dirigentes, deixaram de adotar medidas que visassem a prevenção das reiteradas práticas de militares que, ao serem transferidos para a inatividade, requeriam o pagamento da indenização de transporte sem o suporte documental adequado, porquanto, desde a concessão, explícitos e claros os requisitos delineados na legislação. Nesse sentido, jurisprudência do STF:*

*EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. BOLSISTA DO CNPq. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE RETORNAR AO PAÍS APÓS TÉRMINO DA CONCESSÃO DE BOLSA PARA ESTUDO NO EXTERIOR. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.*

*I -O beneficiário de bolsa de estudos no exterior patrocinada pelo Poder Público, não pode alegar desconhecimento de obrigação constante no contrato por ele subscrito e nas normas do órgão provedor.*

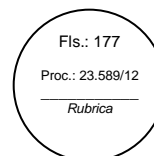
*II-Precedente: MS 24.519, Rel. Min. Eros Grau.*

*III-Incidência, na espécie, do disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, no tocante à alegada prescrição.*

*IV-Segurança denegada. (MS 26210, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 04/09/2008, DJe-192*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*DIVULG 09-10-2008 PUBLIC 10-10-2008).*

13. Quanto ao mérito das razões de justificativa apresentadas Diretor da DIP, o Parquet manifesta seu entendimento no sentido de considerá-las improcedentes. Respeitante à gestão de recursos públicos, reporto-me à conclusão alcançada no Processo nº 394/2000, no qual também se discutiu questões relativas à responsabilidade da Administração. Naquele feito, restou estampada a existência de fortes indícios/suspeita de cumplicidade/conivência das autoridades responsáveis pela concessão e pagamento da indenização de transporte, confirmados na hipótese vertente, propiciando a concessão indiscriminada da vantagem pecuniária em comento, verbis:

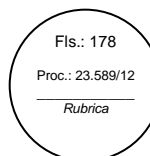
58. Pode-se dizer que a conduta omissiva da Administração do CBMDF tem proporcionado o aumento de fraudes na concessão da indenização de transporte. A documentação comprobatória exigida pelo CBMDF e a certeza da omissão dos responsáveis em investigar a autenticidade das declarações prestadas por aqueles que solicitam a indenização é, em verdade, um convite aos abusos verificados. Por isso não é de se estranhar que a quase totalidade, cerca de 90%, dos oficiais ou praças que passaram para a inatividade receberam o benefício.

14. Os mecanismos de controle, sem embargo da existência de outros, ainda que insuficientes, existiam e deveriam ter sido adotados pelos gestores da Corporação, a exemplo da suspensão do depósito dos vencimentos até a regularização, no caso de o beneficiário não apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias após a concessão, a comprovação de mudança de domicílio, providência ao alcance do gestor que demandaria a movimentação do beneficiário no sentido de obter tais comprovantes.

15. Este Parquet já deixou assente em diversos pareceres, que a conduta do dirigente, foi no mínimo negligente, diante do descuido, da falta de diligência com a coisa pública. Exatamente pela percepção de que a Administração não tinha interesse em fiscalizar ou controlar a concessão da indenização de transporte é que foram concedidas indistintamente, para quem, de fato, efetuou a alteração de domicílio, e, como na hipótese vertente, para militares que não conseguiram comprová-la.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



16. A fragilidade ou inexistência de fiscalização e controle por parte do CBMDF, consubstanciada na ausência de interesse em autenticar as declarações oferecidas pelos beneficiários, ou ainda pelas "dificuldades operacionais", culminaram na concessão indistinta da indenização de transporte. Tal conduta da Administração, no mínimo negligente, adotada desde 1995, por óbvio, trouxe o risco de danos ao erário.

17. Ao autorizarem o repasse de recursos públicos distritais, os gestores submetem-se às normas de Direito Público que regem a matéria, inclusive aquelas referentes ao controle da correta utilização das verbas públicas. Nos termos da Constituição Federal, todo aquele que utilize, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos está jungido ao dever de prestar contas. Frise-se, tem o dever constitucional e legal de prestar contas de sua gestão e, via de consequência, está afeto à jurisdição da Corte de Contas.

18. É obrigação de todo aquele que administra recursos de terceiros a correta demonstração de sua utilização, sob pena de, não o fazendo, estar obrigado a devolver a quantia que recebeu. No caso concreto, ficou evidenciado o pagamento indevido da indenização de transporte, uma vez que não restou comprovada a transferência de domicílio do militar beneficiário da indenização de transporte.

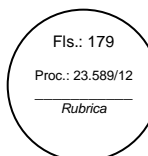
19. Nesse contexto, a responsabilidade pela boa e correta aplicação dos recursos cabe também aos gestores da Corporação, visto que autorizaram a liberação de recursos que resultou em pagamento indevido, caracterizando, assim, no sentir deste representante Ministerial, responsabilidade solidária pelos atos irregulares em apreço.

20. Quanto à inabilitação dos dirigentes para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, acompanho o entendimento esposado pelo Conselheiro Paiva Martins, em diversos feitos, nos seguintes termos:

4. No que pertine à solidariedade pecuniária dos responsáveis, ou seja, da repetição do indébito, esta é inconteste face expressa disposição regulamentar (Decretos nº 986/96, federal e nº 16.529/95, distrital) que são materialmente leis. Já no que pertine à multa proporcional ao valor do dano e à inabilitação



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*para o exercício de cargos no complexo administrativo distrital, estas devem limitar-se ao militar que dolosamente usou de subterfúgios para obter a vantagem cometendo, inclusive, ilícito penal (a ser apurado no foro competente: Ministério Público Militar). A menos que a análise do caso concreto conclua de modo diverso, v.g., conluio entre quem recebeu e quem autorizou e/ou quem deveria fiscalizar a transferência não deve haver solidariedade. Sob este aspecto cada caso é um caso. O comportamento de quem recebeu é doloso (comissivo). O de quem autorizou o pagamento e o de quem não fiscalizou convenientemente, até prova em contrário, é omissivo.*

*21. Ante o exposto, opina este representante do Parquet especializado pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela Unidade Técnica."*

É o relatório.

### **VOTO**

A fase processual é de apreciação dos argumentos de defesa apresentados em atenção aos termos da Decisão nº 4.001/2012, em face das irregularidades na concessão, percepção e pagamento de indenização de transporte em razão da passagem do militar **EDMILSON ARAÚJO TORRES** para a inatividade do CBMDF.

No que se refere à preliminar de prescrição, é pacífico o entendimento deste Tribunal de que o direito de a Administração buscar o devido ressarcimento de dívidas decorrentes de eventuais prejuízos causados ao erário não encontra-se atingido pelo princípio da prescrição, a teor do disposto no art. 37, § 5º, in fine, da Constituição Federal. Isso é o que se observa do teor da Decisão nº 5.374/1998.

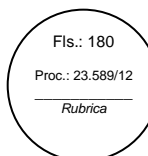
No que concerne ao mérito das defesas apresentadas, restou evidenciado nos autos, de um lado, o dolo na atuação do militar que, sabedor da necessidade de demonstrar efetivamente a mudança de domicílio, não apresentou documentação suficiente para tal comprovação.

Por outro lado, ficou configurada a conduta negligente da Corporação, decorrente do dever de cuidado, pela falta de interesse em adotar providências necessárias à comprovação da transferência de domicílio.

No caso, a responsabilidade solidária decorre de imposição legal prevista na legislação que regulava, à época, a concessão da indenização de transporte, ou seja, dos dispositivos da Lei nº 5.906/1973, alterado pela Lei nº 7.435/1985 c/c o Decreto Federal nº 986/1993, regulamentado pelo Decreto nº



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



16.529/1995 e pela Portaria CBMDF nº 023, de 30 de julho de 1995.

Conforme estabelecem as disposições da Lei Complementar nº 435, de 27.12.2001 c/c as da Portaria-TCDF nº 212, de 10.10.2002, como também da Emenda Regimental TCDF nº 13, de 24.06.2003., configurado o dolo, o valor do débito sofre acréscimo de juros e correção monetária desde **a data de origem** até a do efetivo pagamento.

Em processos semelhantes de Tomada de Contas Especial, venho propondo a imputação de débito, em solidariedade, aos militares envolvidos, o julgamento pela irregularidade das contas, e a aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da Lei Complementar nº 01/1994.

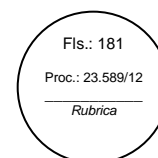
Todavia, venho sendo constantemente vencido em Plenário que, de forma majoritária, vem considerando procedentes as defesas apresentadas pelo Comandante-Geral e pelo Diretor de Inativos e Pensionistas, e improcedentes as justificativas do militar beneficiário, imputando-lhe o recolhimento do débito, atualizado e com juros de mora, e inabilitando-o para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no prazo de 5 (cinco) anos, além de julgar suas contas como irregulares. Como exemplo, cito a Decisão nº 5.663/2013, proferida na Sessão Ordinária de 14/11/2013.

Assim, ressaltando o meu entendimento contrário, acompanho em parte os termos da instrução e o Parecer do Órgão Ministerial de Contas, mas visando a uniformização da jurisprudência recomendada pelo princípio da isonomia, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento das defesas de fls. fls. 58/64, 83/98 e 104/122 para, no mérito, considerar procedentes os argumentos dos militares **MARCO ANTÔNIO CHAGAS** e **JOSÉ RAJÃO FILHO** e improcedentes os do militar **EDMILSON ARAÚJO TORRES**;
- II - com esteio no inciso III, alíneas “b” e “d”, do art. 17 da Lei Complementar n.º 1/1994, julgue irregular a presente Tomada de Contas Especial, condenando o militar **EDMILSON ARAÚJO TORRES** a recolher aos cofres do Distrito Federal o valor de **R\$ 9.478,34 (nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos)**, acrescido de juros e correção monetária, desde **14.10.1996** até a data do efetivo pagamento, conforme estabelecem as disposições da Lei Complementar nº 435, de 27.12.2001 c/c as da Portaria-TCDF nº 212, de 10.10.2002, como também da Emenda Regimental TCDF nº 13, de 24.06.2003;
- III - com fundamento no artigo 60 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c artigo 183 do Regimento Interno deste Tribunal, aplique ao militar beneficiado a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança pelo período de 5 (cinco) anos, em decorrência de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



irregularidades na percepção de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade de militar do CBMDF;

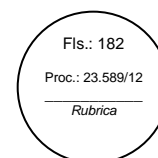
- IV -** com fulcro nos arts. 26 e 29, I, da Lei Complementar n.º 1/1994, determine a notificação do militar **indicado no item III** para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha o valor do débito que lhe foi imputado e comprove o pagamento perante este Tribunal;
- V -** autorize, desde logo:
  - a)** caso seja solicitada, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/1994, pelo CBMDF, com vista à implementação de desconto integral ou parcelado da dívida em folha de pagamento, devendo ser observada a sistemática prevista nos termos da Decisão n.º 4463/2004 c/c os da Emenda Regimental n.º 13/2003;
  - b)** a cobrança judicial da dívida, nos termos do artigo 29, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, caso as medidas previstas nos itens anteriores não surtam o efeito esperado;
- VI -** aprove, expeça e mande publicar o acórdão que submeto à apreciação plenária;
- VII -** reitere ao CBMDF os termos do item IV, “a”, da Decisão n.º 4001/2012, quanto à instauração de procedimento disciplinar, seja Sindicância ou Inquérito Administrativo, em razão das irregularidades cometidas pelo militar beneficiado, encerrando o procedimento em relação ao Comandante-Geral e ao Diretor de Inativos e Pensionistas do CBMDF; e
- VIII -** autorize, ainda, a devolução dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 2013.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Conselheiro-Relator



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



## **ACÓRDÃO Nº /2013.**

**Ementa: Tomada de Contas Especial. Dano ao erário. Alegações de defesa. Improcedência. Imputação de débito. Contas irregulares. Notificação do responsável. Parcelamento da dívida. Cobrança judicial.**

**Processo:** nº 23.589/2012.

**Apenso:** nº 010.001.619/206.

**Nomes/Função:**

- **EDMILSON ARAÚJO TORRES**, militar beneficiado com a indenização de transporte indevida.

**Origem:** Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal - SEOPS.

Atual Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal.

**Relator:** Conselheiro **ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**.

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas.

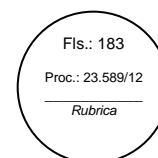
**Síntese das irregularidades apuradas:** percepção de indenização de transporte, sem comprovação da transferência de domicílio.

**Débito imputado ao responsável:** R\$ 9.478,34 (nove mil e quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos), acrescido de juros e correção monetária desde **14.10.1996** até a data do efetivo pagamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos artigos 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, 20 e 60 da Lei Complementar nº 01/1994, julgar irregulares as contas em apreço, condenando o militar em referência a recolher ao Erário o valor que lhe é imputado, acrescido de juros e correção monetária, conforme consta das disposições da Emenda Regimental nº 13/2003 c/c os da Lei complementar nº 435/2001, desde **a data de origem** até a do **efetivo ressarcimento**; determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos artigos 24, inciso III, 26, 27 e 29, do mesmo diploma legal e, desde logo, a remessa ao Ministério Público de Contas da documentação pertinente para adoção das providências previstas no artigo 99, inciso III, do Regimento Interno desta Corte, como também aplicar ao responsável beneficiado a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de cinco anos.

**ATA** da Sessão Ordinária/Extraordinária nº ..... de.....

**Presentes os Conselheiros:** .....

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s).....

**Representante do MP presente:** Procurador(a).....

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Relator

Fui presente:

\_\_\_\_\_  
Representante do MP